

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
CMDR**

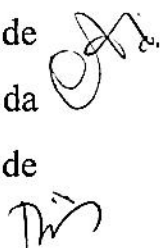
**Data: 06 de Outubro de 2022- Horário: 16:30hs**

**Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal**

---

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, Presidente José Dimas, faz abertura cumprimentando os presentes na plenária e aqueles em participação remota. Passa a palavra ao Secretário da SEURBS, Marcelo Manara para falar a respeito das câmaras técnicas. Manara agradece ao Presidente, cumprimenta a todos, inicia elogiando a estrutura das Câmaras Técnicas, muito importante para o funcionamento dos colegiados, as discussões em plenária pelo tempo e pelo número de reuniões, todos os conselheiros têm participado, mas o tempo não permite que se aprofundem determinadas questões, que se busque, debater e melhor solucionar esses desafios. Então, a Câmara Técnica vem para cumprir isso, pois é um órgão assessor da Plenária que pode trazer propostas, até em consenso ou mesmo não em consenso, na própria Câmara Técnica, um patamar de debate dos assuntos importantes para o desenvolvimento rural. Manara agradece aos conselheiros que já participam de forma voluntária na plenária e àqueles que ainda se desdobram para participar das Câmaras Técnicas. Um exercício muito saudável para o funcionamento de decisões e contribuições de um Conselho como esse. Antecipa que pode surgir algumas indagações do setor rural, a Câmara Técnica das Estradas, EDP e da Sabesp. Com referência a manutenção das estradas, bem dito pelo presidente, sempre um assunto de vital importância para o segmento rural, um trabalho feito através da Secretaria de Manutenção da Cidade, com o Marquinho, em São Francisco e nas regionais, um trabalho, bastante importante nessa linha. Que o material que é descartado nos 15 PEVs de São José dos Campos, é feita pela empresa que faz a gestão, ela processa e entrega para a Secretaria de Manutenção da Cidade para, dentre outros usos, fazer a melhoria da

pavimentação das estradas rurais. Então, esse é um apelo, inclusive, de



sustentabilidade, para que a se tenha esse uso nobre do material que é descartado. Quanto à questão da EDP, é provável que algumas pessoas procurem o conselho, já que alguns têm essa interlocução via rural, porque a Prefeitura tem um grupamento, chamado GARD, que atua tentando coibir parcelamento clandestino, construção em área de risco. Que esse grupo chamou a EDP, com uma posição final para a EDP providenciar o desligamento de energia em casas que não tenham sido aprovadas, sem alvarás de construção, parcelamentos irregulares e clandestinos. Em São Francisco Xavier foram mais de 20 casas com energia desligada, que já perdura há muito tempo e a concessionária EDP teve uma atuação muito permissiva com relação a extensão da eletrificação em áreas irregulares e de risco, em parcelamento clandestino. Então, a Prefeitura deu o ultimato para a concessionária, para que ela mudasse essa postura e está processando o desligamento daqueles que não comprovam a legalidade do seu empreendimento. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, que concorda que quanto ao loteamento clandestino, é evidente que o município está certo, mas o que está havendo é um mau entendimento, entre EDP e Prefeitura. Que no Sindicato está recebendo muita reclamação e com razão. Em sua própria propriedade quer colocar um ponto de energia a mais e não consegue porque precisa apresentar um projeto na Prefeitura. Sugere que o assunto seja tratado de forma séria, que já solicitou na reunião passada, a demanda é muito grande e o descontentamento dos produtores rurais nesse aspecto, não entrando nos loteamentos irregulares; mas o se tem um pesqueiro, e a pessoa quer instalar um ponto de energia para colocar uma bomba, ele não consegue. Sugere que seja revisto urgente esse problema e que conste em ata a solicitação e que não dá para ficar sacrificando produtor rural. Manara agradece Renato e sugere ao presidente José Dimas traga a EDP para esclarecer aos conselheiros, ao setor, como é o procedimento para que se faça a expansão das ligações dentro do rigor, em atenção às normas. O propósito das restrições colocadas pela Prefeitura não tem a ver com isso, então, pode ser que a própria

EDP esteja adotando procedimentos. Caso não seja suficiente um esclarecimento ao Conselho Municipal, sugere, no âmbito da Prefeitura, marcar uma reunião de alinhamento e fazer através da Secretaria de Manutenção da Cidade, onde tem uma diretoria de relação com as concessionárias, assim estender essa conversa para a diretoria. Com a palavra Juarez que num comentário rápido, informa que a EDP está solicitando o cartão de numeração para fazer essas ligações que o Renato está falando e a informação que teve na semana passada, é que essa autorização, teria que passar pela Lola, diretora das concessionárias. Com a palavra Rodolfo Venâncio da SEURBS, esclarece que na verdade, em função do TAC – Termo de Ajuste de Conduta, firmado com o Ministério Público, comentado na última reunião, a concessionária não vai efetuar ligação para quem não tem projeto aprovado. O projeto aprovado resulta na produção de um cartão de numeração. Então, assim, a EDP está vinculando num cartão de numeração, mas não existe a figura, o serviço da Prefeitura de entrega do cartão de numeração para ninguém. Seja na zona urbana, seja na zona rural. O cartão de numeração é consequência de aprovação de um projeto. A informação que a prefeitura tem, é que, como a EDP não têm engenheiro, nem arquiteto, eles não fazem leitura de projeto, chega para eles o cartão de numeração. Se tiver cartão, eles vão proceder à ligação, esse que é um ponto, agora, as aprovações, aumentaram em muito nos últimos cinco anos, a quantidade de aprovações na zona rural, porém, para o funcionário da EDP, acredita que a dificuldade seja essa, ele não faz leitura de projeto, então, ele não sabe se aprovou um "bloquinho" de construção, dois "bloquinhos" ou três ou mais, o que demandaria, seja lá, uma picadeira que precisa de um relógio específico, seja lá a iluminação do pesqueiro, etc. A EDP não faz essa leitura, por isso que os processos, os pedidos, procedimentos de ligação de energia na zona rural tem passado pelo departamento de concessionárias da SMC com a diretora Lola. Com a palavra Renato Veneziani, que solicita achar um jeito de resolver essa demanda específica de São José, um problema que está sendo



gerado no meio rural. Que não está contra os projetos, e sim com relação aos loteamentos clandestinos. Eu quero os proprietários rurais, aqueles que estão lá e que precisam de um ponto de energia, que é preciso buscar uma solução para destravar. Rodolfo informa que existe como já foi relatada, na reunião anterior, uma dificuldade de entendimento, até, por parte do pessoal da EDP, como o Secretário Manara salientou. Entende que cabe uma reunião de alinhamento de procedimento entre Prefeitura, concessionária para deixar claro quais são as situações em que não vai haver nenhuma infração àquilo que foi gerado no TAC e que, obviamente, não gera nenhuma ilegalidade. E permitir, novamente, esse aumento de carga, essa execução da ligação, sem gerar nenhum risco para o empreendedor, para o produtor rural. Manara conclui que essa é a clássica situação que os bons estão pagando pelos maus. E, o que agravou a situação com a EDP, foi justamente o fato que estava extremamente permissivo ao arrepio do próprio TAC e uma explosão de novos parcelamentos clandestinos, mas de propriedades que estão sendo picotadas, não obedecendo ao módulo mínimo e construções acontecendo sem qualquer aprovação da Prefeitura. Então, foi essa a situação que levou a ser feita uma pressão maior em cima da concessionária, porque ela estava fazendo ligações sem qualquer critério. Agora, essa situação, é importante que aconteça e depois serão feitos os ajustes mais finos, para permitir que um proprietário que precise de uma expansão interna na rede, para aumentar a sua produção, para ter uma melhoria, uma eficiência na sua produção, por qualquer motivo, tenha uma condição não muito burocrática, não muito lenta, para conseguir essa ligação. Manara agradece ao Presidente, e acredita que as Câmaras técnicas vão ter uma função muito importante. Rodolfo se disponibiliza para participar da Câmara Técnica, para auxiliar na resolução dos problemas do cartão e solução junto à EDP. Com a palavra o conselheiro Vinicius do Ponto Rural, traz a informação da finalização da campanha de vacinação contra a febre aftosa e a brucelose, que foram feitas mais de cinco mil aplicações no rebanho bovino jorseense e novembro será

retomada a próxima campanha e a previsão é para mais dez mil cabeças. Que é um compromisso forte dessa administração, de querer estar, cada vez mais, não só para a aftosa e brucelose, mas também para manquinha e raiva. Isso se dá ao trabalho que o Rodolfo tem desenvolvido através do Ponto Rural. Presidente passa a palavra para Marquinhos que cumprimenta a todos, faz um comentário com relação às ligações de energia elétrica, que vinha, há tempos cobrando por parte da Administração Pública e da EDP uma resposta em relação à situação das ligações. Que desde 2017, vem orientando as pessoas quanto ao procedimento correto com relação à ligação de energia elétrica, mas existe um mercado paralelo acontecendo e a EDP foi cobrada para que tomassem alguma atitude. Acredita que, o que está acontecendo, nada mais é do que aquilo que as pessoas sabiam que estava de alguma forma, burlando esse sistema, agora responde pelos erros que cometeram. Infelizmente algumas pessoas pagaram por ligações, apesar da orientação para que fizessem o procedimento correto, solicitassem o cartão de numeração através da aprovação da obra. Que poucas pessoas foram em busca do cartão de numeração, em sua maioria são pessoas de chácaras, de segunda residência. Assim como tem a planta popular urbana, sugere que se tenha a planta popular rural, para contemplar aqueles que não têm condições. Muitos são herdeiros de terras, tem a posse, tem área, mas eles não têm condições de aprovar. Que esses desligamentos têm surtido efeito e que de alguma forma causou toda essa preocupação, e acredita que esse é o momento de discutir, de levar essa questão junto à divisão de concessionárias, de trazer a EDP para perto e tentar, da melhor forma resumir isso. Com relação às estradas, nos últimos dois dias, após esse período de mais de 15 dias sem chuva, conseguimos resolver a maioria dos problemas, já que as estradas estavam intransitáveis. Com a palavra Juarez, Departamento de Gestão Ambiental, faz um comentário, que especialmente na região norte de São José dos Campos, na área rural, tem muitos problemas, seja da questão das estradas, energia elétrica,

mas também problemas ambientais. E, com relação ao que Renato e Rodolfo

comentaram, foi feito um informativo, que será distribuído e diz respeito ao alvará de construção na zona rural. Que não é só a questão da fiscalização, mas também que as informações sejam passadas aos moradores da zona rural. Precisamos encontrar uma solução para ver como fazer e ao mesmo tempo coibir a questão dos loteamentos clandestinos ou irregulares, pois são duas coisas distintas. Rodolfo complementa o que Juarez sugeriu, que existem dois tópicos que vão passar pela SGHO, que é a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras, que tem a competência da emissão das plantas populares. Cabe um convite ao Secretário Gláucio e equipe, tanto para analisar essa questão de emissão de planta popular, quanto para comunicação desse "manual", bem interessante, muito proativo e positivo, que vai ajudar muito o pessoal da fiscalização dos parcelamentos irregulares, que atua sob o comando do diretor Tárzia, Emílio e toda equipe. O objetivo deles na fiscalização, obviamente, não é o mesmo viés da fiscalização da DICA, que é o controle ambiental, é realmente do parcelamento irregular, porém, cabe também essa orientação sobre quais os procedimentos corretos para a regularização das edificações. Com a palavra Coronel Mauro, que cumprimenta a todos e sugere que toda vez que não quer resolver um problema, faz um abaixo assinado e cria uma comissão para resolver. Que o CMDR tem cinco Comissões e elas precisam funcionar, cada um com sua responsabilidade, dedicar seu tempo, porque, as comissões foram nomeadas há um mês e ainda falando do mesmo assunto. Que é preciso suar a camisa para fazer acontecer. Que são temas extremamente importantes, para segurança, conectividade. Nosso município conseguiu lançar satélite para o espaço, e nós não conseguimos ligar no celular na hora de emergência, lamentavelmente. E isso, em 70 % do nosso território, então, é mais fácil falar com um satélite no espaço, do que comunicar com o Marquinhos em São Francisco. Que o papel das comissões é extremamente importante, para poder colocar para as pessoas, melhorar a qualidade de vida, mesmo porque é um plano de governo, do Prefeito, dessa conectividade, durante a sua campanha.

Com relação à segurança, a Prefeitura está colocando uma reivindicação antiga que faz parte de um plano maior de segurança com a identificação das propriedades rurais, mas antes, é preciso identificar as estradas, o que está sendo feito. A Prefeitura colocou de um lado da estrada, a numeração com a "plaquinha" da quilometragem, sugere que se coloque nos dois lados. Que é extremamente importante esse apoio que a Administração Pública está fazendo. Agradece ao Juarez e equipe que deram uma pronta resposta a uma solicitação feita e elogia o Ponto Rural onde sempre foi bem atendido. Que esse é o principal papel do poder público, fomentar a riqueza do município, geração de emprego e renda. Com a palavra o conselheiro Luiz Fernando que comunica que o frigorífico, está se esforçando para poder retomar o funcionamento. Acredita que, segundo a dona Maria Inês dentro de quinze dias retomam o funcionamento. E faz um questionamento exatamente em relação às Câmaras Técnicas, pede para o Presidente informar qual a Câmara Técnica mais direta com o produtor rural, como um todo, em termos de auxílio, acompanhamento da produção agrícola, que transforma em outras atividades que remunera o produtor rural. Que, olhando nos tempos de hoje, a extensão rural está bem melhorada, inclusive, acha que essa questão, caberia dentro daquela Câmara Técnica de empreendedorismo rural, ter uma visão de futuro, de comércio, inclusive. Que é um intencionista de raiz e sente falta de alguma coisa que traga a tecnologia para o pequeno produtor rural. Com a palavra Emerson que informa estar fazendo uma alteração no estatuto para também envolver o empreendedor rural e trazer atividades e alguns projetos. Presidente agradece Emerson e sugere na próxima reunião os grupos já formados das câmaras técnicas conversarem e afinarem, já que a ideia é entrar para a execução. Que agendará com a EDP uma reunião de alinhamento, juntamente com quem está à frente da questão de manutenção, o Marquinhos e convida Rodolfo e Renato Veneziani, Lola, para trazer, pelo menos, algo consistente. Que agendará com a SEMOB, a respeito da sinalização e das placas indicativas e mapas da zona

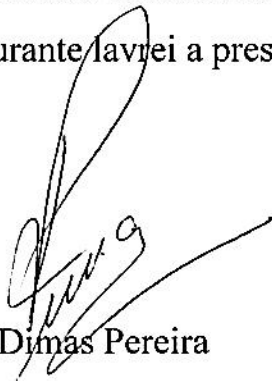
ATA  
M

rural. Aproveita a oportunidade para informar que a caravana rural vai acontecer que está em contato com os conselheiros do COMTUR, CMDU e COMAM, que devido ao frio achou melhor protelar e que fará uma nova programação. Lembra-se de um fator importante, que é função e dever do Conselho apoiar a construção de um plano municipal, do PMDRS, que é o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, um assunto que já se fala no Brasil inteiro e São José já fez a primeira parte do plano. Que entrará em contato com a SEURBS, secretário Manara, para saber se poderá conseguir um apoio técnico, uma consultoria. Que têm que pensar como poderá fazer o diagnóstico, a devolutiva para criar o plano, quais são as metodologias mais corretas para desenvolver um plano municipal do desenvolvimento rural sustentável em São José dos Campos. Com a palavra coronel Mauro, sugere que o pessoal da inovação, do empreendedorismo, já pense na questão de energia. Quando se fala de sustentabilidade, esse novo plano que vai ser feito, plano de desenvolvimento rural sustentável. Com a palavra Presidente que acredita que dentro de uns 30 dias terá mais uma empresa fazendo teste em São Francisco, um novo sistema, o receptor e o transmissor que é de uma qualidade maior e vai melhorar a qualidade do sinal. A primeira torre já foi instalada, que já tem empresas que operam, porém, com qualidade baixa e que não atende às necessidades das pessoas, principalmente hoje que as pessoas estão utilizando para as reuniões remotas, usando a internet para o trabalho. Essa empresa, já opera em alguns lugares do Brasil, rodovias, sistemas semaforicos na cidade de São Paulo e eles estão levando uma tecnologia chamada de "fibra no ar" e a grande dificuldade da fibra na zona rural é o cabeamento, então, eles estão triangulando as torres num perímetro, num raio de oito quilômetros. Que o teste piloto fosse feito, inclusive, no bairro das Lavras, Guirra. Que o investimento, segundo a empresa é de quase três milhões, para começar a operar. A empresa já disponibilizou um aplicativo onde se faz um cadastro aos interessados em dispor da área para instalar a torre. Já tem três pontos em propriedades rurais para implantar,



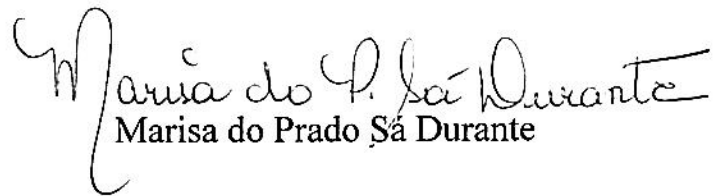


inclusive, um desses pontos visa parte da Lavras, Guirra e Turvo. Seguindo a pauta Presidente coloca em votação a aprovação da ata de três de março de 2022, nenhuma manifestação, ata aprovada por unanimidade. A segunda ata é do dia sete de abril de 2022, nenhuma manifestação, aprovada por unanimidade. Presidente agradece a presença de todos, lembra que o próximo encontro será no dia três de novembro. Nada mais a tratar encerra a presente reunião, e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



José Dimas Pereira

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

